

Companhia de Capital Aberto
CNPJ nº 82.643.537/0001-34 – IE nº 250.043.106
Rua Eng.º Paul Werner, 925
CEP 89030-900 – Blumenau – SC - Brasil



NOTAS EXPLICATIVAS DFP 2013

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A ELECTRO AÇO ALTONA S/A é uma Companhia aberta com sede em Blumenau – SC, Brasil, e tem como atividade principal e objeto social a: produção, industrialização nos setores de fundição e usinagem, e fornecimento de peças fundidas em aços carbono, ligadas (baixa, média e alta liga) e ferros ligados para aplicações especiais.

A Visão, Missão e Valores, fazem parte do cotidiano da gestão. Inovando e investindo no conhecimento e na tecnologia, a Companhia é reconhecida como uma das melhores do mundo no setor de fundição e usinagem por sua qualidade de processos e respeito ao colaborador - foi a primeira fundição de aço no mundo a receber a certificação internacional SA 8000, além de conquistar o ISO 9001:2008 e outros certificados.

Trabalhando em dois núcleos de peças fornecidas que são tituladas como "repetitivas", quando são feitas em série, constituindo produtos ou partes e peças e até conjuntos de peças para as empresas montadoras de equipamentos autopropulsores, ou "sob encomenda", quando são feitas sob medida para o cliente de forma não seriada, sejam isoladas ou como partes de subconjuntos, constituintes de equipamentos completos. Independentemente de serem "repetitivas" ou "sob encomenda", todas as peças são produzidas de acordo com especificações, projetos e normas técnicas de uso internacional, de clientes dos mercados nacional e internacional.

A Companhia assume há anos o compromisso de transformar o aço em aplicações que contribuem para o desenvolvimento global, tendo como visão, "Ser excelência no mercado mundial de fundidos em aço".

2. Políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2014.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a estimativa de perdas com clientes e nos estoques; o imposto de renda e contribuição social

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros e o plano de assistência médica pós-emprego.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valor Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na prestação efetuada. Quando os serviços não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, se aplicável.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, estão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensá-los contra o passivo fiscal e os impostos diferidos relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 7,6%
- Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Prestação de serviços ICMS: 7% a 18%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 2% a 5%
- Imposto sobre Produtos Industrializados IPI: 8% a 15%
- Instituto Nacional do Seguro Social INSS: 1%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber como demonstrado na nota explicativa 5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou produção, ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) Matérias primas custo de aquisição segundo o custo médio; e
- (ii) Produtos acabados e em elaboração custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. Periodicamente a Companhia revisa a recuperabilidade de seus estoques e realiza provisão em caso de indicadores que diferem, para menos, dos valores registrados em seu ativo. A abertura das principais contas dessa rubrica está demonstrada na nota explicativa 6.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.8. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento são satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9. Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.10. Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2.11. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil do ativo intangível da Companhia é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.13. Partes relacionadas

As transações de compras e vendas de insumos e produtos, quando efetuadas, são praticadas em condições e prazos de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2.14. Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

A Companhia patrocina plano pós-emprego do tipo benefício assistência médica a funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelo plano de benefício definido é estabelecido utilizando o método previsto no CPC 33 (R1).

Os compromissos atuariais com o plano são provisionados, conforme procedimentos previstos pelo CPC 33 (R1), com base em cálculos atuariais, elaborados anualmente por atuários independentes. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuições dos empregados (nota 11.c).

No plano de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou, de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

As contribuições devidas pela Companhia aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações da Companhia em relação aos associados aposentados são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizandose os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (nota 11.c) refere-se ao valor justo dos ativos do plano e sua realização ocorrerá até o final do plano.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

2.16. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, gerados no curso normal de suas atividades. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ainda, quando da avaliação de risco possível, a Companhia realiza a divulgação ao mercado dos processos.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Os seguintes normativos foram aplicados pela primeira vez no exercício de 2013:

CPC 36 (R3)	Demonstrações consolidadas
CPC 35 (R2)	Demonstrações separadas
CPC 19 (R2)	Negócios em conjunto
CPC 18 (R2)	Investimentos em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto
CPC 45	Divulgação de participações em outras entidades
CRC 46	Mensuração a valor justo
CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

<u>CPC 33 (R1) Benefícios a empregados</u> Alteração de política contábil — Plano de benefício pós-emprego (assistência médica)

Conforme previsto na Deliberação CVM n° 695/12, a partir de 1° de janeiro de 2013, ocorreu alteração da política contábil e os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. O efeito da aplicação dessa norma na Companhia impactou negativamente o patrimônio líquido no montante de R\$ 73 em 31 de dezembro de 2013.

Esse efeito líquido decorre de ajuste em outros resultados abrangente no montante de R\$ 613 (R\$ 405 líquidos dos tributos) em 31 de dezembro de 2013, sendo o montante de R\$ 501 (R\$ 331 líquidos dos tributos) acumulado até 31 de dezembro de 2012. A Companhia entende que os efeitos são irrelevantes para fins de reapresentação dos saldos de abertura e exercício comparativo. Desta forma, o efeito total decorrente da alteração de política contábil, no montante de R\$ 613 (R\$ 405, líquidos de impostos) foi reconhecido integralmente em 2013.

As demais alterações não afetaram os saldos registrados pela Companhia, ou requerem divulgações adicionais.

2.18. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

Instrumentos financeiros Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, e trata da classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros conforme definido na IAS 39.
Compensação de ativos e passivos financeiros - Revisões da IAS 32 Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, esclarece conceitos e critérios de aplicação da norma.
Entidades de investimento (revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, as revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para entidades de investimento.
<u>Tributos</u> Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, clarifica o momento em que o passivo de tributos é registrado, quando o fato gerador é contingente.
Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, ameniza da descontinuação da contabilidade de hedge quando certos critérios são atingidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

A avaliação preliminar da Companhia é de que a adoção dos novos pronunciamentos mencionados acima não trará efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição de provisões para temas tributários, exceto pelas provisões no passivo e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de Assistência Médica

O custo de planos de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial.

A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pelo menos anualmente.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	871	1.456
Aplicações financeiras	7.185	6.258
TOTAL	8.056	7.714

Em 31 de dezembro de 2013 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 101% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Mercado Interno	20.534	14.180
Mercado Externo	28.378	21.927
(-) Ajuste a Valor Presente	(244)	(266)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(813)	(229)
TOTAL	47.855	35.612

a) a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício Adições Recuperações/ realizações	(229) (584)	(183) (46)
Saldo no final do exercício	(813)	(229)
b) ciclo financeiro:		
	31/12/2013	31/12/2012
Duplicatas a vencer até 30 dias	14.299	18.134
Duplicatas a vencer há mais de 30 dias	30.039	13.085
Duplicatas vencidas até 30 dias Duplicatas vencidas há mais de 30 dias Total	2.234 2.340 48.912	2.506 2.382 36.107

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

6. Estoques

	31/12/2013	31/12/2012
Produtos Acabados	2.310	3.663
Produtos em Elaboração	14.721	14.880
Matéria Prima	1.406	1.501
Materiais Auxiliares	2.552	2.462
Outros Materiais	2.190	1.515
Mercadorias em Consignação	241	277
(-) Provisão para Perdas no Estoque	(1.050)	-
TOTAL	22.370	24.298

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Estima-se uma perda de R\$ 1.050 referentes operações no mercado offshore.

Movimentação para provisão de perda no estoque:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	-	_
Adições	(1.050)	-
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	(1.050)	-

7. Tributos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ, CS, IPI, PIS, COFINS	6.391	8.624
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	2.625	3.388
	9.016	12.012
Circulante	7.663	9.635
Não Circulante	1.353	2.377

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

8. Imobilizado

a) Movimentação dos Ativos Imobilizados - 2013:

	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos e Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Custo:							
Em 31 dezembro 2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
Adições	3.318	5.527	331	2.284	104	242	11.806
Transferências	-	2.010	-	-	(2.300)	290	-
Baixas		(2.132)	(9)	-	-	(135)	(2.278)
Em 31 dezembro 2013	120.071	168.958	4.841	5.874	104	2.883	302.731
<u>Depreciação</u>							
Em 31 dezembro 2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)
Depreciação	(1.744)	(7.329)	(361)	-	(69)	(192)	(9.695)
Transferências	-	(900)	-	-	988	(88)	-
Baixas		1.535	6	-	-	129	1.670
Em 31 dezembro 2013	(24.649)	(103.127)	(3.561)	-	(8)	(1.918)	(133.264)
Valor Contábil							
Em 31 dezembro 2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964
Em 31 dezembro 2013	95.422	65.831	1.280	5.874	96	964	169.467

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

b) Movimentação dos ativos imobilizados - 2012:

Máquinas

		Maquinas, Equipamentos					
	Terrenos e	e Veículos,					
	Edificações	Modelos e	Móveis e	Imobilizados	Arrendamento	Outros	Total
	<u>Próprias</u>	Moldes	Utensílios	em Curso	Mercantil	Imobilizados	Total
Custo:							
Em 31 dezembro 2011	109.243	148.548	4.311	11.679	2.300	2.050	278.131
Adições	2.613	9.295	262	5.752	-	235	18.157
Transferências	6.861	6.757	-	(13.841)	-	223	-
Baixas	(1.964)	(1.047)	(52)			(22)	(3.085)
Em 31 dezembro 2012	116.753	163.553	4.521	3.590	2.300	2.486	293.203
<u>Depreciação</u>							
Em 31 dezembro 2011	(21.306)	(90.432)	(2.877)	_	(744)	(1.597)	(116.956)
Depreciação	(1.599)	(6.793)	(365)	-	(183)	(232)	(9.172)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas		792	36	-	_	61	889
Em 31 dezembro 2012	(22.905)	(96.433)	(3.206)	-	(927)	(1.768)	(125.239)
Valor Contábil							
Em 31 dezembro 2011	87.937	58.116	1.434	11.679	1.556	453	161.175
Em 31 dezembro 2012	93.848	67.120	1.315	3.590	1.373	718	167.964

Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 57 milhões em garantia do REFIS.

Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE — Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas as vidas úteis, as quais foram aplicadas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 conforme abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos
Máquinas e Equipamentos	18 anos
Móveis e Utensílios	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	4 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

9. Intangível

a) Movimentação do Ativo Intangível - 2013:

	Software
Custos:	
Em 31 dezembro 2012	3.261
Adições	325
Em 31 dezembro 2013	3.586
Amortização:	
Em 31 dezembro 2012	(2.646)
Amortização	(190)
Em 31 dezembro 2013	(2.836)
Em 31 dezembro 2012	615
Em 31 dezembro 2013	750

b) Movimentação do Ativo Intangível - 2012:

	Software
Custos:	
Em 31 dezembro 2011	2.944
Adições	317
Em 31 dezembro 2012	3.261
Amortização:	
Em 31 dezembro 2011	(2.421)
Amortização	(225)
Em 31 dezembro 2012	(2.646)
Em 31 dezembro 2011	523
Em 31 dezembro 2012	615

A Companhia utiliza a vida útil definida de 5 anos para os itens de seu ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

10. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos Anuais	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	_	22.594	30.392
ACC	6,5%a.a	-	8.786
Capital Giro	CDI+0,80 a 1,2%a.m.	19.794	18.513
Finimp GCB696/10	U\$+7,40%a.a.	464	585
Finame / BNDES	5,50% a.a.	2.336	2.508
Não Circulante		20.257	16.712
Capital Giro	CDI+1,2%a.m	16.299	9.745
Finimp GCB 696/10	U\$ + 7,40% a.a.	170	681
Finame / BNDES	5,50% a .a	3.778	6.286
Total		42.851	47.104
Moeda nacional		33.402	29.941
Circulante		18.766	16.601
Não circulante		14.636	13.340
Moeda estrangeira		9.449	17.163
Circulante		3.828	13.791
Não circulante		5.621	3.372
Total	_	42.851	47.104

A demonstração dos encargos anuais esta sendo influenciada pela posição dos financiamentos de 2012 que representam percentuais acima dos praticados e/ou negociados para o ano de 2013.

Vencimento dos financiamentos e empréstimos não Circulante:

	31/12/2013
2014	22.594
2015	15.125
2016	3.782
2017	889
2018	436
2019	25
Total	42.851

Os empréstimos bancários da Companhia estão sendo garantidos por avais da Companhia Werner (acionista da Companhia) e da empresa Bellevue conforme nota 17.a e penhora de máquinas e equipamentos. Adicionalmente, estes empréstimos não tem cláusulas restritivas (covenants).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

11. Provisões para litígios e demandas judiciais

11.a) Contingências

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2012
Trabalhistas	1.392	827	(129)	694
Tributárias	360	-	-	360
	1.752	827	(129)	1.054

Trabalhistas

A Companhia é acionada em reclamatórias trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 694 em 31 de dezembro de 2012) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 650, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível

Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e Medida Provisória 627 (MP 627)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

11.b) Depósitos Judiciais

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2012
Ações trabalhistas	838	342	(175)	671

11.c) Atuarial

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do beneficio pós – emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais.

O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, podem ser resumidos como segue:

a) Ativos e Passivos atuariais	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	1.385	1.618
Valor justo dos ativos do plano	(1.371)	(1.091)
Ganho atuarial não reconhecido	-	477
Custo do serviço passado não reconhecido	-	(140)
(Ativo)/Passivo Atuarial Líquido no Final do Exercício	14	864
b) Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
1 Valor das obrigações no início do ano	(1.618)	(1.804)
2 Custo do serviço corrente	(63)	(40)
3 Juros sobre a obrigação atuarial	(160)	(175)
4 Benefício pagos no ano	19	16
5 (Ganho)/Perda atuarial nas obrigações	437	389
6Valor das obrigações no final do ano	(1.385)	(1.618)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	c) Reconciliação do valor justo dos ativos	2013	2012
	1 Valor juros dos ativos no início do ano	1.091	1.420
	2 Rendimento esperado no ano	105	12
	3 Contribuições da patrocinadora no ano	19	142
	4 Contribuições dos participantes no ano	(19)	16
	5 Benefício pagos no ano	175	(16)
	6 Ganho/(Perda) atuarial nos ativos	-	(483)
	7 Valor justo dos ativos no final do ano	1.371	1.091
	-		
•	As despesas projetadas para o exercício de 2013 e 2012 são as s Componentes da (receita)/despesa projetada	eguintes:	
	1 Custo do serviço corrente	63	40
	2 Juros sobre a obrigação atuarial	160	175
	3 Rendimento esperado no ano	(105)	(170)
	4 (Receita)/Despesa projetada	118	45
	d) Conciliação de ganhos e perdas atuariais		
	1 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no início do ano	-	598
	2 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	437	385
	3 (Ganho)/Perda atuarial sobre o valor do ativo	176	(483)
	4 Amortizações de (Ganhos)/Perdas	(613)	(500)
	5 (Ganho)/Perda atuarial líquida não reconhecida no final do ano	0	0

• As premissas atuariais utilizadas pela Companhia em 2013 e 2012 são as seguintes:

e) Premissas Econômicas:

Taxa de desconto para obrigação Atuarial em 31 de dezembro	6,55% a.a	4,34% a.a
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	12,20% a.a	9,87% a.a
Incremento dos custos médicos em função do avanço da idade	3,00% a.a	3,00% a.a
Índice estimado de aumento dos Benefícios	5,30% a.a	5,30% a.a
Índice de inflação	5,30% a.a	5,30% a.a
Valor do CMM – Custo Médico Médio	1.731,05	1.441,75

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

f) Premissas Demográficas

Tábua biométrica de mortalidade

AT - 2000 AT - 2000

 As expectativas de pagamentos de benefícios futuros pela Electro Aço Altona projetadas pelo consultor atuarial externo são as seguintes:

	Projeção 2014	Projeção 2013
2013	-	56
2014	68	69
2015	73	73
2016	78	78
Próximos doze anos	276	276
Total	495	552

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é constituído de 2.250 mil ações, sendo 975 mil ordinárias e 1.275 mil preferenciais, escriturais sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado nos termos do Artigo n.º 168 da Lei 6.404/76, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 50 milhões ou até o limite de 2.925 mil de ações, podendo emitir até 675 mil ações preferenciais da mesma classe existente.

b) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Participação dos administradores

Do lucro que remanescer será atribuído uma participação aos administradores de 10%, calculada na forma prevista nos artigos 153 e 190 da Lei 6.404, a qual somente farão jus se pago o dividendo mínimo obrigatório. Para fins de demonstração financeira, conforme instruído pelo Manual de Contabilidade Societária, este valor já está deduzido do resultado do exercício como "Participações" abaixo da linha do Imposto de Renda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Lucros a distribuir

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 8.483, foi alocado à reserva de lucros a distribuir. A destinação final de tal valor será decidida em Assembleia de Acionistas a ser realizada em abril de 2014.

	31/12/2013
Lucro líquido do exercício (considerando a participação dos administradores) Realização da avaliação patrimonial e efeito	10.240
dos outros resultados abrangentes	2.115
Lucros acumulados remanescentes	12.355
Participação dos administradores (10%)	(1.024)
Base Reserva Legal Reserva Legal (5%)	9.216 (461)
Lucro líquido a distribuir aos acionistas	10.870
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) JSCP	(2.252) (466)
Dividendo mínimo a distribuir	(2.718)

Com relação ao saldo da reserva de lucros a distribuir, desde que aprovado na AGO de abril de 2014, a Administração propõe que o montante constituído de R\$ 6.370 destina-se para investimentos conforme orçamento de capital e R\$ 2.113 para aumento do capital social da companhia mediante capitalização dos referidos lucros, aumento que se realizará sem emissão de novas ações, com base no caput e no §1° do artigo 169 da Lei 6.404/76.

c) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no dia 12 de dezembro de 2013 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o montante de: (i) R\$ 526 (líquido do IRRF no montante de R\$ 466) correspondentes ao ano de 2013.

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO em 2014 corresponde ao montante de R\$ 2.252.

d) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização do Plano de saúde denominado, Plano de Saúde pós emprego. (nota 11.c "d) Conciliação de ganhos e perdas atuariais, linha 4")

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

13. Arrendamento mercantil

A Companhia celebrou contratos de arrendamento mercantil junto ao Banco Safra Leasing S/A, para modernização do setor de usinagem, e o setor de TI (servidor da IBM Storage) e com Bradesco, para aquisição de dois novos carros para modernização da frota, cujos saldos a pagar estão abaixo demonstrados:

		31/1:	2/2013	31/12	/2012
Contratos	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
75.150.920-5 (Safra)	31/03/2013	-	-	171	-
1180259 (IBM)	23/01/2014	-	-	114	-
1354341-0 (Bradesco)	20/09/2016	35	58	-	-
(-) Ajuste Valor Presente		(1)	(2)	(9)	-
		34	56	276	

O montante de encargos financeiros apropriados ao resultado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 89 (R\$ 272 em 31 de dezembro de 2012).

14. Obrigações Tributárias

Os impostos e contribuições a pagar, apresentam a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
INSS	821	373
FGTS	306	292
Imposto de renda retido na fonte	526	476
Sesi, Senai e outros	357	105
IR e CS a recolher	183	189
	2.193	1.435
Circulante	2.116	1.325
Não Circulante	77	110

Dia 17 de setembro de 2012 foi aprovada pelo Governo Federal a Medida Provisória 563, convertida na Lei 12.715. A Companhia foi enquadrada em algumas modalidades expedida no Plano, tais como: desoneração da Folha de Pagamento e REINTEGRA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

15. Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC. Programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina – 07 de Abril de 2006. Tal incentivo se caracteriza pela concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual é utilizado à medida que a Companhia apresenta incremento dos valores devedores de ICMS apurados em suas operações. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo de imposto apresentado pela Companhia, sendo concedido prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão.

Os créditos utilizados mensalmente são devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estender-se a 168 meses. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 houve um adendo no contrato inicial referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de R\$ 6.859, passando o total de crédito liberado para R\$ 15.359, deste montante a Companhia utilizou até o momento R\$ 6.584.

A Companhia utilizou-se do beneficio fiscal que, atualizado, perfaz o montante destacado abaixo:

<u>-</u>	31/12/2013	Amortizações	Atualizações	Prorrogações	31/12/2012
PRODEC	1.132 1.132	(172) (172)	34 34	419 419	851 851
=	11102	(112)	<u> </u>	110	
Circulante	412				170
Não Circulan	te 720				681

O cronograma previsto para as parcelas classificadas no passivo não circulante está abaixo demonstrado:

	31/12/2013
2014	412
2016	296
2017	424
Total	1.132

A Companhia registra como pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de R\$ 6.137, findos em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

16. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no Programa, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até o final do ano de 2063. Em garantia do Programa, foram arrolados e penhorados, bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também no âmbito administrativo a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que para aqueles exercícios a mesma não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 2.123 em 31 de dezembro de 2013.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2013	Amortizações	Transferências	Atualizações	31/12/2012
REFIS	101.771	(2.381)	(478)	2.908	101.722
	101.771	(2.381)	(478)	2.908	101.722
Circulante Não Circulante	2.616 99.155				2.279 99.443

17. Partes Relacionadas

As transações comerciais e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre partes relacionadas e remuneração da Administração foram realizadas conforme abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

a) Garantias

Em garantia aos empréstimos bancários da firmados pela Companhia em 2012 e 2013, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, foram dados máquinas, equipamentos e avais. A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e outras avenças. Em 31 de dezembro de 2013, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 32,2 milhões. Para o ano de 2013, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 516 (R\$ 784 em 31 de dezembro de 2012), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

b) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

A administração da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Conselheiros e uma Diretoria Estatutária composta de um Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e um Diretor Administrativo. A Companhia tem instituído o Conselho Fiscal, com três membros e seus respectivos suplentes. Os membros da administração e do Conselho Fiscal fizeram jus à remuneração de R\$ 4.484, e seus respectivos encargos previdenciários de R\$ 351 por seus serviços, correspondendo o montante total com encargos de R\$ 4.835 para o ano de 2013 (R\$ 5.371 para o ano de 2012).

Os Diretores recebem benefícios corporativos adicionais tais como: assistência médica e odontológica, seguro de vida, complementação de benefícios previdenciários (plano de previdência privado), dentre outros. A Companhia não pagou a suas pessoas-chave da administração, remuneração em outras categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós-emprego, exceto o descrito na Nota 11.c.

18. Imposto de Renda e Contribuições Social

a) Impostos diferidos

A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferidos como abaixo demonstrado:

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito tributário ativo Diferenças temporárias Prejuízo fiscal e base negativa	2.185 2.692 4.877	935 4.743 5.678
Credito tributário passivo Valor justo do ativo imobilizado (deemed cost) - CPC 27	25.821 25.821	26.911 26.911
Passivo líquido não Circulante	20.944	21.233

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

i) Imposto de renda diferido sobre adições temporárias e prejuízos fiscais

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, aprovado pela Instrução CVM nº 371/02 e Deliberação CVM nº 599/09 que trata de tributos sobre o lucro.

ii) Prazo estimado de realização

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia acumula prejuízos fiscais num total de R\$ 7.446 (R\$ 13.476 em 31/12/2012) e base negativa de contribuição social num total de R\$ 9.228 (R\$ 15.259 em 31/12/2012), os quais geraram os créditos tributários de IR diferido de R\$ 1.861 (R\$ 3.369 em 31/12/2012) e CS diferido de R\$ 831 (R\$ 1.374 em 31/12/2012). Tendo por base estudos elaborados pela Administração, foi registrado estes créditos diferidos. Esses estudos encontram-se fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios para 2012 e 2013, examinados e aprovados pela Administração da Companhia, em atendimento ao exigido pela Instrução CVM 371.

A expectativa da Administração é de que esses créditos tributários diferidos sejam realizados no seguinte cronograma:

Ano	Estimativa Compensação
2014 2015	2.104 588
Total	2.692

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes dos impostos	14.584	11.917
IR/CS a alíquota de 34%	(4.959)	(4.052)
(Exclusões)/adições		
Inovação tecnológica	173	177
Incentivos fiscais	170	141
Outras diferenças permanentes	272	(222)
Total	(4.344)	(3.956)
Tributos correntes	(4.595)	(4.702)
Tributos diferidos	251	746

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros para valores monetários relevantes em riscos diversos, como: riscos de responsabilidade civil e de lucros cessantes, e demais coberturas como abaixo demonstrado:

Ativos, responsabilidades ou interesses cobertos	Modalidade	Importância Segurada (R\$ mil)	Vigência até
Responsabilidade civil Administradores - D&O	Danos financeiros involuntários causados por administradores	5.000	16/03/2014
Riscos diversos a máquinas e equipamentos portáteis	roubo/quebra de máquinas e equipamentos portáteis	1.362	27/01/2014
Vida Dirigentes	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Dirigentes	2.300	25/10/2014
Vida Coordenadores	Indeniza morte, acidente ou invalidez dos Coordenadores	1.430	25/04/2014
Vida Colaboradores	Indeniza morte, acidente ou invalidez de Colaboradores	até 200 por Colaborador	30/09/2014
Transporte Internacional Importação	Seguro de Transporte ref. Importação de mercadorias	Conforme valor das NFs/Faturas/Invs.	01/09/2014
Responsabilidade civil Geral	Danos involuntários físicos às pessoas e/ou danos materiais e morais causados a terceiros	13.800	08/08/2014
Instalações fabris, administrativas e centros de distribuição	Incêndio, danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos	74.550	05/05/2014
Lucro cessantes	Perda de receita decorrente de acidentes	122.500	05/05/2014
Veículos	Roubo, colisão, morte/invalidez de passageiros	600	20/09/2014
Responsabilidade Civil Ambiental	Danos Involuntários causados ao meio ambiente	5.000	03/08/2014

A cobertura de seguros foi determinada pela Administração da Companhia, que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 39 e CPC40, e OCPC 03, de 19 de novembro de 2009, que revogou a Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros registrados nas Informações anuais em 31 de dezembrode 2013 e em 31 de dezembro de 2012, apresentando os seguintes valores contábeis e de mercado:

	Valor Contábil		Valor de N	<i>l</i> lercado
	31/12/2013 31/12/2012		31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	8.056	7.714	8.056	7.714
Contas a receber de clientes	47.855	35.612	47.855	35.612
Fornecedores	6.543	5.814	6.543	5.814
Financiamentos e empréstimos	42.851	47.104	42.851	47.104

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

(i) Riscos financeiros

Riscos de moeda estrangeira

Para atenuar riscos cambiais, a Companhia monitora a exposição financeira, procurando equilibrar os seus ativos e passivos financeiros dentro de limites estabelecidos pela Administração.

Riscos de encargos da dívida

Estes riscos são oriundos da possibilidade da Companhia vir incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

(ii) Riscos operacionais

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanha permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2013 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

			(perdas) ganhos financeiros				
Operação	Risco	2013	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Capital Giro Finimp GCB696/10 Finame / BNDES	CDI USD+CDI TJLP	(36.093) (634) (6.124)	(1.944) (41) (153)	(2.915) (92) (230)	(3.887) (164) (306)	(4.859) (256) (383)	(5.831) (369) (459)
	=	(42.851)	(2.138)	(3.237)	(4.357)	(5.498)	(6.659)
Indexador	CDI USD TJLP		5,39 1,20 2,50	8,08 1,80 3,75	10,77 2,40 5,00	13,46 3,00 6,25	16,16 3,60 7,50

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas		
Despesas Recuperadas	102	412
Outras Receitas	2.878	1.993
	2.980	2.405
Outras despesas		
Perda com Operações Comerciais	(333)	(197)
Contratos de aval e fiança	(516)	(784)
Outros itens Extraordinários	(629)	(3.622)
	(1.478)	(4.603)
Outras receitas (despesas)		
operacionais , líquidas	1.502	(2.198)

A principal movimentação para ano de 2013 na conta outras receitas, foi o reconhecimento do programa REINTEGRA R\$ 1.983 (R\$ 1.530 em 2012), beneficio fiscal para empresas exportadoras. Em 2012, na conta itens extraordinários, está contabilizado o recálculo do credito presumido de ICMS R\$ 3.213 mil, beneficio do regime especial para empresas que reciclam materiais.

22. Receitas e despesas financeiras

-	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.189	1.380
Ajustes a valor presente - AVP	1.463	1.716
Variação cambial ativa	3.413	-
_	6.065	3.096
Despesas financeiras		
Encargos	(5.302)	(4.861)
Juros incorridos – REFIS	(2.908)	(3.451)
Variação cambial passiva	(2.406)	(371)
=	(10.616)	(8.683)
Receitas (despesas) financeiras , líquidas	(4.551)	(5.587)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

23. Informações por segmento e reconciliação da receita líquida

A Companhia atua em apenas um segmento operacional definido como metalúrgico, produzindo e comercializando fundidos de aço. As ferramentas que utilizamos para avaliar o desempenho da única atividade que atuamos tanto para fins operacionais, gerenciais, comerciais ou administrativos são submetidas às seguintes premissas:

- a) Nossas linhas de produção operam separadamente nas categorias de produtos que fabricamos, a saber, (Repetitivos e Produtos Sob Encomenda); e
- b) Na planta fabril, há algumas divisões que separam estas categorias nas linhas de produção e outras não, e por isto a administração gerencia o resultado do negocio de forma única.

Informações da receita em:

<u>31/12/2013</u>	Receitas no	Receitas no Mercado		
Demanda	Interno	Externo		-
Repetitiva	96.671	21.513	118.184	58%
Sob Encomenda	36.421	50.073	86.494	42%
Receita Bruta	133.092	71.586	204.678	100%
Deduções Receita	(23.028)	(1.287)	(24.315)	-
Impostos	(18.836)	-	(18.836)	
Devoluções e Abatimentos	(3.010)	(656)	(3.666)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(1.182)	(631)	(1.813)	
Receita Operacional Liquida	110.064	70.299	180.363	•

<u>31/12/2012</u>	Receitas no	Total		
Demanda	Interno	Externo		
Repetitiva	98.334	25.386	123.720	60%
Sob Encomenda	44.178	39.707	83.885	40%
Receita Bruta	142.512	65.093	207.605	100%
Deduções Receita	(21.416)	(2.406)	(23.822)	
Impostos	(18.603)	-	(18.603)	
Devoluções e Abatimentos	(1.342)	(1.638)	(2.980)	
Ajuste Valor Presente- AVP	(1.471)	(768)	(2.239)	
Receita Operacional Liquida	121.096	62.687	183.783	

Informação da receita líquida – distribuição geográfica:

	Fund	didos de Aço –2013	}	Fundide	os de Aço - 201	2
	Repetitivos	Sob Encomenda	Total	Repetitivos Sol	Encomenda	Total
Nacional	80.904	29.161	110.065	85.302	35.795	121.097
América Latina	733	14.780	15.513	1.870	12.822	14.692
America do Norte	16.279	29.429	45.708	21.469	19.481	40.950
Europa e Ásia	4.132	4.945	9.077	1.079	5.965	7.044
Total	102.048	78.315	180.363	109.720	74.063	183.783

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

24. Despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado pelas principais naturezas:

(43.092) (8.017) (45.444)	32,4% 6,0%	31/12/201 (47.024)	
(8.017)		(47.024)	05.00/
(9.843) (26.615) (133.011)	34,2% 7,4% 20,0% 100%	(8.451) (44.138) (10.287) (24.336) (134.236)	35,0% 6,3% 32,9% 7,7% 18,1% 100%
31/12/2013		31/12/201	2
(5.479) (1.709) (50) (2.195) (480) (2.212) (12.125)	45,2% 14,1% 0,4% 18,1% 4,0% 18,2% 100%	(5.363) (1.336) (48) (2.392) (541) (1.786) (11.466)	46,8% 11,6% 0,4% 20,9% 4,7% 15,6% 100%
31/12/2013	3	31/12/20	12
(273) (4.734) (191) (4.835) (3.541) (4.020)	1,6% 26,9% 1,1% 27,5% 20,1%	(290) (5.412) (199) (5.371) (3.253) (3.854)	1,6% 29,4% 1,1% 29,2% 17,7% 21,0%
	(480) (2.212) (12.125) 31/12/2013 (273) (4.734) (191) (4.835) (3.541)	(480) 4,0% (2.212) 18,2% (12.125) 100% 31/12/2013 (273) 1,6% (4.734) 26,9% (191) 1,1% (4.835) 27,5% (3.541) 20,1%	(480) 4,0% (541) (2.212) 18,2% (1.786) (12.125) 100% (11.466) 31/12/2013 31/12/20 (273) 1,6% (290) (4.734) 26,9% (5.412) (191) 1,1% (199) (4.835) 27,5% (5.371) (3.541) 20,1% (3.253)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

25. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	5.437	4.545
Lucro disponível aos acionistas ordinários	3.779	3.159
	9.216	7.704
Média ponderada de ações preferencialistas	1.275.000	1.275.000
Média ponderada de ações ordinárias	975.000	975.000
	2.250.000	2.250.000
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	4,2643	3,5647
Ação ordinária	3,8759	3,2400

As ações preferenciais não gozarão de direito de voto, respeitadas, no entanto, as disposições de lei. As ações preferenciais terão: a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, pelo menos 10% (dez por cento) maior que o atribuído a cada ação ordinária; b) preferência, em caso de liquidação da sociedade, no reembolso do capital social; c) se a Companhia deixar transcorrer três exercícios consecutivos sem a distribuição dos dividendos acima, as ações preferenciais adquirirão o direito de voto, direito esse que perderão quando forem distribuídos dividendos.

Cleber Roberto Pisetta CRC-SC 025.984/O-7

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

(Em minares de reais)
Membros da Administração
<u>Diretoria</u>
Conídio Civardi Direta Descidante a Delegão com la contida y
Cacídio Girardi – Diretor Presidente e Relação com Investidor
Duncan Roderick MC Kay - Diretor
<u>Contador</u>
Contador